

DIREITO NA ERA DIGITAL: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MUNDO JURÍDICO

Anna Carolina Souza Lopes Aguiar¹; Mariana da Silva Souza²; Carlos José de Castro Costa³; Adilson Poubel de Castro Júnior⁴; Bruna Diniz Pereira⁵; Marlene Soares Freire Germano⁶; Leandro Silva Costa⁷; Marcelo Fróes Padilha⁸.

1. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (230012588@aluno.unig.edu.br);
2. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (230023428@aluno.unig.edu.br);
3. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (0513040@professor.unig.edu.br);
4. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (0511090@professor.unig.edu.br);
5. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (0523021@professor.unig.edu.br);
6. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (0503038@professor.unig.edu.br);
7. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (0504094@professor.unig.edu.br);
8. Universidade Iguazu – Campus V Itaperuna/RJ (0511092@professor.unig.edu.br);

e-mail do autor principal: aguiarannacarolina@gmail.com / 230012588@aluno.unig.edu.br

Introdução e/ou fundamento: Criada na década de 1950 com o objetivo de desenvolver sistemas e máquinas capazes de simular a inteligência humana, a Inteligência Artificial (IA) tornou-se, ao mesmo tempo, uma ameaça e uma aliada ao mundo jurídico. O uso da inteligência artificial no mundo jurídico não é possibilidade, mas realidade. O desafio consiste em utilizá-la como instrumento de apoio à atividade jurídica, e não como mecanismo de substituição dos operadores do Direito, uma vez que o raciocínio jurídico, a ética profissional e a atividade intelectual permanecem insubstituíveis. **Objetivo:** Sob essa perspectiva, busca-se justamente evidenciar os benefícios e obstáculos da IA no Poder Judiciário, visto que ao mesmo tempo que seu uso contribui para a otimização de procedimentos, também traz uma série de preocupações acerca do futuro do Direito. **Material e métodos:** A pesquisa possui abordagem qualitativa, desenvolvida a partir de revisão bibliográfica. Para a construção da análise, foram utilizados referenciais teóricos provenientes tanto da área do Direito quanto do campo da Tecnologia de Informação e Comunicação, de modo a possibilitar uma compreensão interdisciplinar acerca da utilização da inteligência artificial no âmbito do Poder Judiciário. O estudo se fundamenta na análise de obras doutrinárias, artigos científicos e documentos institucionais que discutem os impactos, potencialidades e limites do uso da inteligência artificial na atividade jurisdicional, permitindo a identificação dos principais benefícios e desafios decorrentes da incorporação dessas tecnologias ao sistema de justiça. **Resultados:** A introdução da Inteligência Artificial contribuiu para diversos ganhos no âmbito do Poder Judiciário, dentre eles a eficiência e rapidez na revisão de documentos e na identificação de informações relevantes em processos de maior complexidade, além da redução de erros e custos, da facilitação do acesso à justiça por meio de *chatbots* e assistentes virtuais, além da automação de tarefas rotineiras.

Conclusões: Dessa forma, é possível perceber que a inteligência artificial alcançou o próprio Supremo Tribunal Federal, que opera com modelos de finalidades específicas, como análise de dados e automação de processos. Além disso, a AGU também adotou ferramentas para triagens e jurimetria, e OAB e o Conselho Nacional de Justiça estão trabalhando para estabelecerem diretrizes para o uso responsável dessa ferramenta.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Poder Judiciário, Tecnologia da Informação e Comunicação; Acesso à Justiça, Ética jurídica